

16

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO
JURÍDICO PÓS-PANDEMIA****THE CONTRIBUTIONS OF DIGITAL INFORMATION AND
COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN POST-PANDEMIC LEGAL
EDUCATION****Douglas Vieira de Almeida *¹⁶³****Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro ******Lana Lisiêr de Lima Palmeira *****

RESUMO: Este artigo discute as contribuições das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no ensino jurídico pós-pandemia. A pandemia da COVID-19 afetou significativamente o ensino jurídico, levando instituições de ensino a adotarem o ensino remoto como medida emergencial. Apesar das dificuldades enfrentadas, a pandemia trouxe oportunidades e mudanças significativas para o ensino jurídico, como o acesso ao conhecimento e informação de forma rápida e atualizada, a ampliação da interação entre alunos e professores, novas possibilidades de ensino, como aulas ao vivo e gravadas, fóruns de discussão, entre outros, e a possibilidade do ensino jurídico híbrido. No entanto, a implementação efetiva das TDIC no ensino jurídico pós-pandemia requer a formação de professores para o uso das tecnologias, a importância da infraestrutura tecnológica nas instituições de ensino superior, a preocupação com a qualidade do ensino e a formação dos estudantes. Conclui-se que as TDIC têm um papel crucial no ensino jurídico pós-pandemia, e as perspectivas para o futuro do ensino jurídico com o uso das TDIC são promissoras.

PALAVRAS-CHAVE: TDIC. Ensino Jurídico. Pós-Pandemia. Processo Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT: This article discusses the contributions of digital information and communication technologies (TDIC) in post-pandemic legal education. The COVID-19 pandemic significantly affected legal education, leading educational institutions to adopt remote teaching as an emergency measure. Despite the difficulties faced, the pandemic brought significant opportunities and changes to legal education, such as access to knowledge and information in a quick and up-to-date way, the expansion of interaction between students and professors, new teaching possibilities, such as live and recorded classes, discussion forums, among others, and the possibility of hybrid legal education. However, the effective implementation of TDIC in

¹⁶³* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do Ensino Superior. E-mail: douglaseducador@hotmail.com.

** ** Doutora em Educação (UFAL). Mestre em Direito Público (UFAL). Professora da Faculdade Cesmac do Agreste. E-mail: priscillacordeiro@cesmac.edu.br.

*** Professora da UFAL, Doutora e Mestre em Educação, Graduada em Direito, Licenciada em Pedagogia e Filosofia. E-mail: lanallpalmeira@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0443-7245>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9538287578494559>.

post-pandemic legal education requires teacher training to use technology, the importance of technological infrastructure in higher education institutions, concern for the quality of teaching and student training. It is concluded that DICT play a crucial role in post-pandemic legal education, and the prospects for the future of legal education using DICT are promising.

KEYWORDS: TDIC. Legal Education. Post-Pandemic. Teaching-Learning Process.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 causou grandes mudanças no setor educacional, e o ensino jurídico não ficou de fora. Instituições de ensino precisaram se adaptar rapidamente para garantir a continuidade do ensino, e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) tornaram-se ferramentas essenciais para o ensino remoto.

Nesse contexto, o tema "As Contribuições das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no Ensino Jurídico Pós-Pandemia" se torna cada vez mais relevante. As TDIC possibilitaram a continuidade do ensino, mesmo em meio às restrições impostas pela pandemia, e demonstraram sua capacidade de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino jurídico.

Este artigo tem como objetivo discutir as principais contribuições das TDIC no ensino jurídico pós-pandemia, destacando suas vantagens e desafios. Serão abordadas questões como o acesso à informação de forma rápida e atualizada, a ampliação da interação entre alunos e professores, a melhoria na gestão e organização do ensino jurídico, entre outras.

Além disso, serão discutidas perspectivas para o futuro do ensino jurídico a partir do uso das TDIC, considerando as mudanças que foram aceleradas pela pandemia e que se mostraram importantes para a melhoria do ensino. Para isso, serão analisados os desafios que ainda precisam ser superados, como a formação de professores e a infraestrutura tecnológica nas instituições de ensino superior.

Com base em uma análise crítica dos desafios e perspectivas para o uso das TDIC no ensino jurídico, este artigo busca contribuir para a discussão sobre o futuro do ensino jurídico pós-pandemia e as possibilidades que as tecnologias digitais podem oferecer para o aprimoramento do ensino.

2 O IMPACTO DA PANDEMIA NO ENSINO JURÍDICO

A pandemia de COVID-19 teve um grande impacto no setor educacional em

todo o mundo, e o ensino jurídico não foi exceção. A necessidade de distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais afetaram o ensino jurídico em diversos aspectos, desde a organização das atividades acadêmicas até a forma como os conteúdos são ministrados.

A pandemia de coronavírus SARS-Cov2 interrompeu as atividades presenciais de 91% dos estudantes no mundo (UNESCO, 2020a). Até meados de abril de 2020, havia projeções que indicavam que as medidas de controle da pandemia poderiam se prolongar por 2 ou 3 meses. Todavia, projeções científicas publicadas a partir desse mesmo mês indicam a necessidade de ampliar os períodos de quarentena, ainda que de modo intermitente, e de que o retorno às atividades presenciais ocorra de forma controlada, com minimização de riscos de contágio (KISSLER et al., 2020). Isso impõe uma nova realidade às Instituições de Ensino Superior (IES) para os próximos anos. Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisarão se adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. Compete às instâncias deliberativas das IES decisões fundamentais que subsidiarão as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisarão ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência. Neste artigo, são propostas diretrizes para orientar o trabalho de gestores universitários ao avaliarem as dificuldades e limitações impostas pela situação emergencial decorrente da pandemia, bem como lidarem com elas, de maneira a promover condições, viáveis e seguras, de trabalho e pedagógicas aos professores e aos estudantes. (GUSSO et al, 2020, p. 3).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir os principais impactos da pandemia no ensino jurídico, destacando suas consequências para alunos, professores e instituições de ensino superior.

Uma das principais mudanças foi a necessidade de adaptação para o ensino remoto. Muitas instituições de ensino jurídico precisaram criar estratégias para garantir a continuidade do ensino, oferecendo aulas online e outras atividades acadêmicas à distância. Essa mudança, porém, não foi fácil e exigiu um grande esforço de adaptação por parte de alunos e professores.

Ao contrário das experiências planejadas para ofertar EaD, no contexto de pandemia da Covid-19, o modo de oferta improvisado das disciplinas curriculares pelas IES tem sido designado como Ensino

Remoto Emergencial. Muitas IES fizeram adaptações para o ensino utilizando recursos on-line de modo não planejado, desconsiderando aspectos importantes da realidade de estudantes e professores, bem como aspectos pedagógicos e tecnológicos envolvidos. Além dos riscos de, com essa prática, excluirmos muitos estudantes que não tenham acesso a Internet, computador e demais tecnologias requeridas para esse meio de ensino, tais instituições também podem ter falhado em prover recursos tecnológicos aos estudantes e capacitação aos professores para que pudessem planejar e viabilizar condições mínimas para o desenvolvimento e a implementação de um curso on-line de qualidade. (GUSSO et al, 2020, p. 5).

Além disso, a pandemia impactou a interação entre alunos e professores. A falta de contato físico e a necessidade de utilizar plataformas online para a comunicação diminuíram a interação entre as partes, o que pode afetar a qualidade do ensino. A falta de interação pode prejudicar a construção do conhecimento, a troca de ideias e a compreensão dos conteúdos.

Outro aspecto afetado pela pandemia foi a organização do ensino jurídico. Com a suspensão das aulas presenciais, muitas atividades foram afetadas, como as práticas jurídicas e estágios supervisionados. As instituições de ensino precisaram criar estratégias para adaptar essas atividades ao ensino remoto, o que não foi fácil.

Por fim, a pandemia também impactou a saúde mental dos alunos e professores. O distanciamento social e a incerteza quanto ao futuro afetaram a saúde mental de muitas pessoas, e isso pode afetar o desempenho acadêmico e a qualidade do ensino.

Diante desses desafios, as instituições de ensino jurídico precisaram se adaptar rapidamente para garantir a continuidade do ensino. As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) se tornaram ferramentas essenciais para o ensino remoto, contribuindo para a manutenção da qualidade do ensino jurídico em meio à pandemia. No próximo capítulo, serão discutidas as contribuições das TDIC no ensino jurídico pós-pandemia.

2.1 Mudanças na forma de Ensino e aprendizagem durante a pandemia

Uma das principais consequências da pandemia no ensino jurídico foi a necessidade de mudanças na forma de ensino e aprendizagem. Com a suspensão das aulas presenciais, muitas instituições de ensino precisaram adotar o ensino remoto como alternativa para garantir a continuidade do ensino.

Com a urgência para a implementação do Ensino Remoto Emergencial, é possível que as limitações de tempo, planejamento, treinamento e suporte técnico para a oferta dos cursos tenham comprometido a qualidade do ensino. Embora ainda não se possa evidenciar os efeitos do Ensino Emergencial Remoto, é possível que consequências sejam percebidas nas instituições que o adotaram já com o fim do primeiro semestre acadêmico afetado pela pandemia. Como exemplos de possíveis consequências estão: a) baixo desempenho acadêmico dos estudantes; b) aumento do fracasso escolar; c) aumento da probabilidade de evasão do Ensino Superior; e, d) desgaste dos professores, que estiveram sobrecarregados pelas múltiplas atividades e pelos desafios de lidar com a tecnologia a fim de promover o ensino. Se as IES tivessem planejado adaptar a oferta das atividades presenciais para algo mais próximo do que é realizado na modalidade EaD, ainda com todas as possíveis limitações que isso implicaria, seria possível sustentar a ideia de manutenção, em algum grau, da qualidade do ensino. Means et al. (2009), ao realizarem um estudo de metanálise examinando pesquisas publicadas entre 1996 e 2008 acerca dos efeitos da EaD, os quais a comparavam ao ensino presencial ou a modalidades híbridas de ensino, identificaram que os estudantes na condição on-line ou em ensino híbrido tiveram desempenho pouco superior àqueles do ensino presencial, sendo que tais resultados independeram de conteúdo, nível de ensino e modo como tal modalidade de ensino fora implementada (GUSSO et al, 2020, p. 5-6).

Essa mudança exigiu uma adaptação rápida por parte dos alunos e professores, que tiveram que lidar com novas ferramentas e tecnologias para garantir a continuidade do aprendizado. Neste sentido “a transição do ensino presencial ao remoto aconteceu sem o devido preparo dos profissionais e alunos e sem a estrutura para que o processo ensino-aprendizagem mantivesse sua qualidade” (CORRÊA, GRIGOLETO NETTO; BARROCO, 2001, p. 75). As aulas presenciais foram substituídas por aulas online, e outras atividades acadêmicas foram adaptadas para o ensino remoto, como as práticas jurídicas e os estágios supervisionados.

Essa mudança na forma de ensino e aprendizagem pode ter consequências positivas e negativas. Veja-se a narrativa de docentes durante o período, quando questionados se seria possível realizar avaliações eficientes para os alunos em suas casas:

Segue abaixo a resposta da professora 1: Para fazer uma avaliação agora nessa época de pandemia, devemos antes de tudo olhar para o nosso currículo com muita atenção e ver quais são os conteúdos que mais interessam agora, não dá para manter do jeito que era na sala de

aula, agora o importante é coletar evidências de que os alunos estão se engajando com o que lhe está sendo proposto, registrando todo o processo de aprendizagem deles. (PROF. 1).

A professora acredita ser possível avaliar a aprendizagem considerando alguns pontos, porém, quando questionado a professora 2, responde de maneira negativa, conforme segue:

Não, pois não estamos acompanhando diariamente a rotina dos alunos, porém, na medida do possível estamos sim avaliando através de participação e atividades específicas desenvolvida para eles. (PROF 2).

Em consonância, a professora 3 afirma que: “Difícil fazer uma avaliação, mesmo porque nem todos os alunos estão fazendo as atividades, alguns fazem tudo, outros pela metade e outros nem fazem, existem aqueles que nem vão buscar as atividades”.

Já a professora 4 pondera em suas palavras fazendo observações importantes quanto a possibilidade de avaliar com eficiência, respondendo da seguinte forma: Creio que avaliação nesse momento está se adequando para tentar dar um suporte ao trabalho do professor, no entanto sua eficiência a meu ver fica um pouco comprometida visto que os instrumentos ficam limitados a alguns registros como vídeos, fotos e atividades realizadas em casa. (PROF 4). (ENGUE; FREITAS, 2020, p. 6).

Por um lado, o ensino remoto pode oferecer mais flexibilidade para os alunos, permitindo que eles ajustem seu tempo de estudo de acordo com suas necessidades. Além disso, as ferramentas digitais podem oferecer novas oportunidades para a aprendizagem, como a possibilidade de acessar materiais complementares e participar de fóruns de discussão online.

Por outro lado, o ensino remoto também pode apresentar desafios. A falta de contato físico pode diminuir a interação entre alunos e professores, prejudicando a troca de ideias e a construção do conhecimento. Além disso, o ensino remoto pode exigir mais disciplina e organização por parte dos alunos, que precisam gerenciar seu tempo e manter a motivação para acompanhar as aulas online.

Em resumo, a pandemia exigiu mudanças significativas na forma de ensino e aprendizagem no ensino jurídico. Isto porque:

A prática educativa é um fenômeno complexo, e requer o cumprimento de uma série de requisitos para ser efetiva, como tutores capacitados, um ambiente propício ao aprendizado, além da utilização de métodos que proporcionem a troca e a geração de conhecimento (RODRIGUES; ALBINO, 2021, p. 64).

As instituições de ensino precisaram se adaptar rapidamente para garantir a

continuidade do aprendizado, e o ensino remoto se tornou a principal alternativa para enfrentar esse desafio. Ainda assim, é preciso avaliar os impactos dessa mudança e buscar estratégias para garantir a qualidade do ensino em um cenário pós-pandemia.

2.2 As dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores de Direito

Durante a pandemia, alunos e professores de Direito enfrentaram diversas dificuldades em relação ao ensino remoto. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos foi a adaptação a novas tecnologias e ferramentas digitais. Muitos alunos não tinham familiaridade com o uso de plataformas online e tiveram que aprender a utilizá-las rapidamente para não perder o ritmo das aulas.

Neste sentido, Moura et al (2021, p. 70), refletem sobre os impactos do ensino remoto na vida de estudantes:

No início do Curso, os estudantes apresentaram algumas dificuldades de acesso à tecnologia, como a ausência de computador, tablet ou telefone celular e/ou equipamentos compartilhados com filhos e cônjuge, inviabilizando a participação. Cabe registrar a ausência de internet com velocidade de conexão adequada para suportar o tempo reservado para a aula síncrona ou mesmo para manter a câmara ligada. E, por fim, dificuldades no manejo da tecnologia foram um impeditivo para a postagem das atividades realizadas. Alguns participantes começavam a assistir ao Curso ainda em horário de trabalho, outras vezes era possível escutar sons de crianças, louças na pia e animais, demonstrando que nem todos tinham um espaço físico protegido para o estudo e que a atenção entrava em disputa com muitos outros afazeres. (MOURA et al, 2021, p. 70).

Além disso, a falta de contato físico com professores e colegas também pode ter impactado a motivação dos alunos. A ausência da interação presencial pode tornar o processo de aprendizagem mais solitário e menos colaborativo, dificultando a troca de ideias e a construção do conhecimento.

Por sua vez, os professores também enfrentaram desafios no ensino remoto. Alguns professores não estavam familiarizados com o uso de tecnologias digitais e tiveram que se adaptar rapidamente para continuar lecionando. Além disso, o ensino remoto pode exigir mais preparação e planejamento prévio, especialmente para adaptar conteúdos e metodologias de ensino para o ambiente online.

Os professores também enfrentaram dificuldades durante o curso, mas reconhecem a versatilidade do ensino remoto. A ausência do

recurso de quadro negro ou branco foi um desafio instrucional se comparado ao modelo presencial, que possibilita contextualizar determinada explicação de forma instantânea, como, por exemplo, os cálculos de medicação. Também a não visualização do rosto do estudante, de forma direta, o que impossibilita a percepção da linguagem não verbal. Essa situação provoca uma barreira na identificação de aparentes fragilidades e gera no professor uma solidão pedagógica ou insegurança, capazes de dificultar a prática necessária à construção de habilidades relacionadas ao desenvolvimento da reflexividade e da criticidade (Moura et al, 2021, p. 70).

Outra dificuldade enfrentada pelos professores foi a necessidade de avaliar os alunos à distância. A realização de provas e trabalhos online pode apresentar desafios de segurança e privacidade, e a falta de contato presencial pode dificultar a identificação de problemas de aprendizagem ou de dificuldades individuais dos alunos.

Em resumo, o ensino remoto pode ter apresentado dificuldades para alunos e professores de Direito durante a pandemia. A falta de contato físico e a adaptação a novas tecnologias e metodologias de ensino podem ter impactado o processo de aprendizagem. Ainda assim, é importante avaliar essas dificuldades e buscar soluções para garantir a qualidade do ensino em um cenário pós-pandemia.

2.3 As oportunidades criadas pela pandemia para o Ensino jurídico

Apesar dos desafios apresentados pela pandemia, o ensino jurídico também pode ter se beneficiado de algumas oportunidades criadas por esse momento de transição para o ensino remoto. Dentre essas oportunidades, destacam-se:

- a) **Flexibilidade:** O ensino remoto permitiu uma maior flexibilidade na organização de horários e na forma de acesso ao conteúdo. Isso pode ter beneficiado alunos que trabalham ou têm outras obrigações, permitindo que possam acessar as aulas e materiais em horários mais convenientes. Neste sentido,

[...] um modelo instrucional online que cultive o cuidado em tempos de pandemia contempla práticas como “a flexibilidade nos requisitos do conteúdo programático, prontidão, clareza na comunicação, vários pontos de contato, conexões pessoais, reciprocidade de cuidado e um design com práticas de ensino centradas no aluno.”

Johnson, Veletsiano e Seaman (2020) ao analisaram o impacto do COVID-19 nas práticas pedagógicas de 897 docentes e gestores

demonstram que, 64% dos docentes alteraram testes e tarefas, 46% diminuíram as tarefas requeridas aos alunos e 49% optaram por assinalar se o aluno passou ou não, de forma a revogar a nota exata no diário (RODRIGUES, 2021, p. 32).

- b) **Ampliação do alcance:** O ensino remoto também pode ter ampliado o alcance do ensino jurídico, permitindo que alunos de diferentes regiões do país ou até mesmo do exterior possam ter acesso a conteúdos de qualidade sem precisar se deslocar para outras cidades.
- c) **Adoção de novas metodologias de ensino:** Com o ensino remoto, os professores foram obrigados a buscar novas metodologias e tecnologias para manter a qualidade do ensino. Isso pode ter resultado em novas formas de ensino e aprendizagem que podem continuar sendo utilizadas no futuro.
- d) **Maior uso de recursos digitais:** O ensino remoto também pode ter aumentado o uso de recursos digitais no ensino jurídico, permitindo que os alunos tenham acesso a uma variedade de materiais, como livros eletrônicos, artigos e vídeos, que podem enriquecer a sua formação acadêmica.
- e) **Possibilidade de novas parcerias e colaborações:** Com o ensino remoto, professores e alunos podem ter tido mais facilidade em se conectar com outros profissionais e estudantes em todo o mundo. Isso pode ter aberto novas oportunidades para colaborações, pesquisas e projetos conjuntos.

Em resumo, a pandemia pode ter criado algumas oportunidades para o ensino jurídico, como maior flexibilidade, ampliação do alcance, adoção de novas metodologias de ensino, maior uso de recursos digitais e novas possibilidades de parcerias e colaborações. É importante avaliar essas oportunidades e buscar incorporá-las no ensino em um cenário pós- pandemia.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DAS TDIC NO ENSINO JURÍDICO PÓS-PANDEMIA

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vêm se mostrando cada vez mais presentes no ensino em todos os níveis. Com a pandemia, o ensino remoto se tornou uma realidade e as TDIC se tornaram ainda mais importantes para garantir a continuidade do ensino e aprendizagem. No ensino jurídico, as TDIC podem trazer diversas contribuições no cenário pós-pandemia.

1. **Acesso a conteúdos de qualidade:** As TDIC podem ser utilizadas para disponibilizar materiais de qualidade aos alunos, tais como livros digitais, artigos científicos e jurisprudências atualizadas. Isso pode enriquecer o processo de aprendizagem e auxiliar na formação acadêmica dos alunos.
2. **Facilidade de comunicação e interação:** As TDIC permitem que alunos e professores possam se comunicar e interagir de forma mais eficiente e efetiva, seja por meio de chats, fóruns de discussão ou videoconferências. Isso pode facilitar a solução de dúvidas e estimular o debate de ideias.
3. **Adoção de novas metodologias de ensino:** As TDIC possibilitam o uso de novas metodologias de ensino, tais como aulas gravadas, jogos educativos, simulações de casos e outros recursos que podem tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e interativo.
4. **Desenvolvimento de habilidades tecnológicas:** O uso das TDIC no ensino jurídico pode auxiliar na formação de profissionais com habilidades tecnológicas, uma vez que o mercado de trabalho exige cada vez mais conhecimento e domínio das tecnologias.
5. **Aumento da acessibilidade:** As TDIC podem contribuir para aumentar a acessibilidade do ensino jurídico, tornando-o mais inclusivo para alunos com deficiências físicas, auditivas ou visuais, por exemplo.
6. **Promoção de uma aprendizagem mais autônoma:** As TDIC podem auxiliar na promoção de uma aprendizagem mais autônoma, permitindo que o aluno tenha mais autonomia na busca por conhecimento e no desenvolvimento de suas habilidades.

Em resumo, as TDIC podem trazer diversas contribuições para o ensino jurídico no cenário pós-pandemia, desde o acesso a conteúdos de qualidade até a promoção de uma aprendizagem mais autônoma e desenvolvimento de habilidades tecnológicas. É importante que as instituições de ensino jurídico estejam preparadas para incorporar as TDIC em seus processos de ensino e aprendizagem e aproveitar ao máximo suas potencialidades.

3.1 Acesso ao conhecimento e a à informação de forma rápida e atualizada

Uma das principais contribuições das Tecnologias Digitais de Informação e

Comunicação (TDIC) no ensino jurídico pós-pandemia é o acesso ao conhecimento e à informação de forma rápida e atualizada. Com a internet e as ferramentas digitais, é possível acessar conteúdos de qualidade de qualquer lugar e a qualquer hora, o que pode enriquecer o processo de aprendizagem dos alunos e tornar o ensino mais eficiente e efetivo.

As TDIC permitem o acesso a livros digitais, artigos científicos, jurisprudências e outros materiais de qualidade, que podem ser encontrados facilmente por meio de plataformas online. Além disso, as TDIC permitem a atualização constante desses materiais, o que é especialmente importante em um campo como o Direito, que está em constante evolução.

Os professores podem utilizar as TDIC para disponibilizar materiais de qualidade aos alunos, por meio de plataformas digitais e sites especializados. Os alunos, por sua vez, podem acessar esses materiais em qualquer lugar e a qualquer hora, o que pode facilitar a revisão de conteúdos e a resolução de dúvidas.

Além disso, as TDIC permitem o acesso a cursos online, webinars e outras formas de capacitação e atualização profissional. Isso pode contribuir para a formação de profissionais mais qualificados e atualizados, capazes de enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Em resumo, as TDIC podem contribuir significativamente para o acesso ao conhecimento e à informação de forma rápida e atualizada no ensino jurídico pós-pandemia. É importante que as instituições de ensino estejam preparadas para utilizar essas ferramentas de forma eficiente e efetiva, a fim de garantir uma formação de qualidade aos alunos.

3.2 Ampliação da interação entre alunos e professores

Outra importante contribuição das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino jurídico pós-pandemia é a ampliação da interação entre alunos e professores. Com o ensino remoto e o uso de ferramentas digitais, é possível estreitar o relacionamento entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem, o que pode resultar em uma experiência mais rica e enriquecedora para todos.

As TDIC possibilitam a utilização de diversas ferramentas de comunicação, como e-mails, chats, fóruns de discussão, videoconferências e outras. Isso pode facilitar a interação entre alunos e professores, bem como entre os próprios alunos, criando uma

comunidade virtual de aprendizagem.

As videoconferências, por exemplo, podem ser utilizadas para a realização de aulas ao vivo, permitindo que os alunos possam fazer perguntas e esclarecer dúvidas em tempo real. Além disso, as aulas podem ser gravadas e disponibilizadas posteriormente, permitindo que os alunos possam revê-las quantas vezes quiserem.

As TDIC também possibilitam a criação de fóruns de discussão, nos quais os alunos podem debater e trocar ideias sobre os temas abordados nas disciplinas. Isso pode enriquecer o processo de aprendizagem, uma vez que permite que os alunos compartilhem conhecimentos e experiências, bem como debatam diferentes pontos de vista.

Por fim, as TDIC também permitem a utilização de ferramentas de feedback, por meio das quais os alunos podem avaliar as aulas e o desempenho dos professores. Isso pode contribuir para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que permite que os professores recebam feedbacks e sugestões de melhoria dos próprios alunos.

Em resumo, as TDIC podem contribuir significativamente para a ampliação da interação entre alunos e professores no ensino jurídico pós-pandemia, criando uma comunidade virtual de aprendizagem que pode enriquecer o processo de formação dos profissionais do Direito.

3.3 Melhoria na gestão e organização do Ensino jurídico

Outra importante contribuição das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino jurídico pós-pandemia é a melhoria na gestão e organização do ensino. Com a utilização de ferramentas digitais, é possível otimizar diversos processos administrativos, como a organização de documentos, a gestão de grades curriculares, a realização de matrículas e o gerenciamento de notas e faltas.

Além disso, as TDIC também permitem a utilização de plataformas de gestão acadêmica, que podem facilitar o acompanhamento do desempenho dos alunos e o planejamento das atividades de ensino. Essas plataformas podem ser utilizadas para a criação de planos de ensino, a disponibilização de materiais didáticos, a realização de avaliações e a emissão de relatórios de desempenho dos alunos.

Outra importante contribuição das TDIC na gestão e organização do ensino jurídico pós-pandemia é a possibilidade de implementação de metodologias de ensino

mais modernase inovadoras, como o ensino híbrido e a gamificação. O ensino híbrido combina aulas presenciais e a distância, permitindo que os alunos tenham mais flexibilidade em relação ao local e horário de estudo. Já a gamificação utiliza elementos de jogos em atividades de ensino, tornando o processo de aprendizagem mais lúdico e engajador.

Por fim, as TDIC também podem contribuir para a promoção da transparência e da democratização do ensino jurídico. Com a disponibilização de materiais didáticos e de informações sobre as atividades de ensino, os alunos podem ter acesso a um maior volume de informações e recursos, o que pode contribuir para a sua formação acadêmica e profissional.

Em resumo, as TDIC podem contribuir significativamente para a melhoria na gestão e organização do ensino jurídico pós-pandemia, permitindo a otimização de processos administrativos, a implementação de metodologias de ensino mais modernas e inovadoras, e a promoção da transparência e da democratização do ensino.

3.4 Novas possibilidades de Ensino, como aulas ao vivo e gravadas, fóruns de discussão, entre outros

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) também proporcionam novas possibilidades de ensino no pós-pandemia, como aulas ao vivo e gravadas, fóruns de discussão, entre outros recursos.

As aulas ao vivo, por exemplo, permitem que os alunos participem de atividades de ensino em tempo real, por meio de plataformas de videoconferência, como o Zoom e o Google Meet. Essa modalidade de ensino é especialmente útil para as disciplinas que exigem uma maior interação entre alunos e professores, como as atividades de debates e discussões.

Já as aulas gravadas permitem que os alunos acessem o conteúdo de ensino em horários e locais mais convenientes, o que aumenta a flexibilidade e a autonomia dos estudantes em relação ao seu processo de aprendizagem. Essa modalidade de ensino é especialmente útil para as disciplinas que exigem uma maior absorção de conteúdo teórico, como as atividades de leitura e estudo de casos.

Os fóruns de discussão, por sua vez, permitem que os alunos interajam entre si e com os professores por meio de plataformas digitais. Essa modalidade de ensino é especialmente útil para as disciplinas que exigem uma maior reflexão e análise crítica,

como as atividades de resolução de problemas e estudos de casos.

Outra possibilidade oferecida pelas TDIC é a utilização de plataformas de simulação e jogos educativos, que podem contribuir para a formação de habilidades específicas, como a negociação e a argumentação, e promover uma maior interação e engajamento dos alunos com as atividades de ensino.

Em resumo, as TDIC proporcionam diversas novas possibilidades de ensino no pós-pandemia, como aulas ao vivo e gravadas, fóruns de discussão, plataformas de simulação e jogos educativos, entre outros recursos. Essas novas possibilidades de ensino podem contribuir para a promoção de uma formação acadêmica mais completa e eficiente, ao mesmo tempo em que aumentam a flexibilidade e a autonomia dos estudantes em relação ao seu processo de aprendizagem.

3.5 Oportunidades para o Ensino jurídico híbrido

O ensino jurídico híbrido, que combina atividades presenciais e a distância, é uma das oportunidades criadas pela pandemia e pelas TDIC no pós-pandemia.

Com a pandemia, muitas instituições de ensino adotaram o ensino remoto e a distância, o que possibilitou o acesso ao ensino jurídico por alunos de diferentes regiões e até mesmo de diferentes países. Além disso, a utilização de plataformas digitais, como as de videoconferência e de gestão de aprendizagem, permitiu a realização de atividades como aulas ao vivo, fóruns de discussão e entrega de trabalhos.

No entanto, a experiência também mostrou que há limitações no ensino jurídico exclusivamente a distância. Muitas disciplinas exigem a interação presencial entre alunos e professores, assim como o acesso a bibliotecas e outros recursos físicos.

Nesse contexto, o ensino jurídico híbrido surge como uma alternativa interessante, na qual as atividades presenciais são combinadas com as atividades a distância. Assim, é possível aproveitar as vantagens do ensino a distância, como a flexibilidade de horários e o acesso a recursos digitais, ao mesmo tempo em que se mantém a interação presencial e o acesso a recursos físicos.

O ensino jurídico híbrido também oferece a oportunidade de personalização do ensino, permitindo que cada aluno escolha a modalidade de ensino que melhor se adapte às suas necessidades e objetivos. Além disso, o uso de tecnologias digitais pode possibilitar a criação de atividades e recursos personalizados para cada aluno, como exercícios e materiais de estudo específicos.

Por fim, o ensino jurídico híbrido também pode contribuir para a formação de profissionais mais adaptados às novas demandas do mercado de trabalho, que exige cada vez mais habilidades relacionadas ao uso de tecnologias digitais e à interação virtual.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A UTILIZAÇÃO DAS TDIC NO ENSINO JURÍDICO

4.1 A necessidade de formação de professor para o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação

A utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino jurídico exige dos professores habilidades e competências específicas, além de um repensar sobre a prática pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem. Durante a pandemia, muitos professores precisaram se adaptar rapidamente a essas novas tecnologias e metodologias de ensino, mas muitos ainda sentem a necessidade de aprimorar sua formação nessa área.

Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino invistam em programas de formação continuada para seus professores, oferecendo capacitações e treinamentos que os habilitem a utilizar as TDIC de forma eficiente e eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é fundamental que as instituições disponibilizem recursos tecnológicos adequados para uso em sala de aula, como acesso a internet de qualidade, dispositivos eletrônicos e softwares educacionais.

A formação de professores para o uso das TDIC também é importante para garantir a qualidade do ensino jurídico híbrido, que é a combinação do ensino presencial e online. Nesse modelo de ensino, é necessário que os professores tenham habilidades para utilizar plataformas digitais e ferramentas tecnológicas que permitam a interação entre alunos e professores em tempo real, como videoconferências, chats e fóruns de discussão.

Em suma, a formação de professores para o uso das TDIC é uma etapa fundamental para garantir a efetividade e qualidade do ensino jurídico pós-pandemia. As instituições de ensino devem investir nesse processo, oferecendo programas de formação continuada e recursos tecnológicos adequados para os professores, a fim de que eles possam utilizar as TDIC de forma eficiente e eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

4.2 A importância da infraestrutura tecnológica nas instituições de Ensino superior

A infraestrutura tecnológica nas instituições de ensino superior é fundamental para garantir a efetividade das tecnologias digitais de informação e comunicação no ensino jurídico pós-pandemia. É necessário que as universidades e faculdades invistam em equipamentos e softwares adequados para o ensino a distância, bem como em recursos para garantir a conectividade dos alunos e professores.

Além disso, é importante que as instituições ofereçam suporte técnico e capacitação para os docentes e discentes no uso das tecnologias educacionais, tanto para aqueles que já têm familiaridade com as ferramentas digitais quanto para os que ainda não estão habituados.

A falta de infraestrutura tecnológica adequada pode comprometer o processo de ensino e aprendizagem, além de criar desigualdades entre os alunos que têm acesso a tecnologias mais avançadas e aqueles que não têm. Portanto, é essencial que as instituições de ensino invistam em tecnologia e em formação de professores e alunos para que possam se adaptar às novas demandas do ensino jurídico pós-pandemia.

A infraestrutura tecnológica adequada pode trazer diversas contribuições ao processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino superior. Dentre as principais contribuições, destacam-se:

1. **Acesso a conteúdo de qualidade:** a infraestrutura tecnológica permite que as instituições de ensino disponibilizem conteúdos de qualidade para os alunos, incluindo materiais multimídia, videoaulas, livros digitais, entre outros recursos.
2. **Flexibilidade e autonomia:** a infraestrutura tecnológica permite que os alunos tenham mais flexibilidade e autonomia em relação ao seu processo de aprendizagem, podendo acessar o conteúdo a qualquer hora e lugar, conforme sua disponibilidade.
3. **Interatividade e colaboração:** a infraestrutura tecnológica possibilita a interatividade e colaboração entre alunos e professores, por meio de fóruns de discussão, salas de bate-papo, videoconferências, entre outras ferramentas.
4. **Avaliação mais precisa:** a infraestrutura tecnológica possibilita uma avaliação mais precisa e abrangente dos alunos, com a utilização de plataformas de aprendizagem que permitem a realização de testes e questionários online, além de oferecer recursos para análise de desempenho e

progresso dos estudantes.

5. Aumento da eficiência administrativa: a infraestrutura tecnológica também pode contribuir para o aumento da eficiência administrativa das instituições de ensino, permitindo a automação de processos, a gestão integrada de dados e informações, entre outras facilidades.

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino invistam em infraestrutura tecnológica adequada para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, garantindo a qualidade e a efetividade da educação jurídica pós-pandemia.

4.3 A preocupação com a qualidade do Ensino e a formação dos estudantes

A pandemia trouxe desafios significativos para o ensino jurídico, mas também apresentou oportunidades importantes de inovação e aprimoramento da educação. No entanto, a qualidade do ensino deve ser sempre uma preocupação constante das instituições de ensino superior, e a formação dos estudantes de Direito é uma tarefa complexa e desafiadora.

Nesse sentido, é fundamental que as tecnologias digitais de informação e comunicação sejam utilizadas de forma estratégica para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, mas sem negligenciar os aspectos fundamentais da formação jurídica. É necessário garantir que os estudantes tenham acesso a conteúdos atualizados e relevantes, e que desenvolvam habilidades e competências essenciais para a prática jurídica, como a capacidade de análise crítica, argumentação, resolução de problemas, entre outras.

Além disso, as instituições de ensino superior devem investir em recursos tecnológicos que possibilitem uma interação efetiva entre professores e alunos, e que promovam a colaboração e a troca de conhecimentos entre os estudantes. Esses recursos devem ser acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, e devem ser utilizados de forma integrada com as demais estratégias pedagógicas.

Dessa forma, a infraestrutura tecnológica deve ser vista como uma ferramenta importante para aprimorar a qualidade do ensino e a formação dos estudantes, mas não pode ser vista como uma solução mágica ou como um fim em si mesma. É fundamental

que as instituições de ensino superior sejam capazes de integrar as tecnologias digitais de informação e comunicação em seus currículos e metodologias de ensino, de forma a maximizar os benefícios dessas tecnologias para o processo de ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pandemia de COVID-19, o ensino jurídico teve que se adaptar às novas demandas e desafios, e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) foram fundamentais para que isso fosse possível. Através de diversas ferramentas tecnológicas, foi possível manter a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, garantindo o acesso ao conhecimento e à informação de forma rápida e atualizada, ampliando a interação entre alunos e professores, melhorando a gestão e organização do ensino jurídico, criando novas possibilidades de ensino e oportunidades para o ensino jurídico híbrido.

No entanto, a utilização das TDIC no ensino jurídico pós-pandemia deve ser vista como uma oportunidade para repensar e aprimorar a forma como a educação jurídica é realizada no Brasil. É necessário que sejam oferecidos recursos e capacitações para que os professores possam utilizar de forma efetiva as ferramentas tecnológicas, e que as instituições de ensino invistam em infraestrutura tecnológica para que o acesso às ferramentas digitais seja democrático.

Além disso, é importante que sejam feitas avaliações contínuas sobre a qualidade do ensino oferecido, visando garantir a formação adequada dos estudantes e a preparação para o exercício da profissão jurídica. A utilização das TDIC no ensino jurídico pós-pandemia pode ser uma importante ferramenta para que se alcance esse objetivo.

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) representam uma revolução no ensino jurídico, especialmente após a pandemia do COVID-19, que acelerou a adoção de novas ferramentas de ensino e aprendizagem. Neste artigo, analisamos as contribuições das TDIC para o ensino jurídico pós-pandemia, destacando as mudanças na forma de ensino e aprendizagem, as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores, as oportunidades criadas pela pandemia, as possibilidades de ensino híbrido e a importância da infraestrutura tecnológica e da formação de professores.

Foi possível constatar que a pandemia trouxe grandes desafios para o ensino

jurídico, mas também oportunidades para a melhoria da qualidade do ensino e a ampliação do acesso ao conhecimento e à informação de forma rápida e atualizada. A adoção de novas tecnologias permitiu uma maior interação entre alunos e professores, a realização de aulas ao vivo e gravadas, fóruns de discussão, entre outras atividades.

No entanto, para que essas oportunidades sejam efetivamente aproveitadas, é fundamental que as instituições de ensino superior invistam em infraestrutura tecnológica e na formação de seus professores para o uso das TDIC. Além disso, é preciso garantir que a qualidade do ensino e a formação dos estudantes sejam preservadas, mantendo um equilíbrio entre a utilização de tecnologias e a realização de atividades presenciais.

Diante disso, é possível afirmar que as TDIC têm o potencial de revolucionar o ensino jurídico, proporcionando uma formação mais completa e atualizada aos estudantes, além de facilitar a pesquisa e a produção de conhecimento. O futuro do ensino jurídico dependerá, em grande medida, da capacidade das instituições de adaptação às novas tecnologias e da formação de profissionais qualificados para utilizá-las de forma eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, E. V. B.; GRIGOLETO NETTO; j. v.; BARROCO, S. M. S. Educação no ensino superior em contexto de pandemia: reflexões sobre o atendimento às pessoas com deficiências. In LACEDA, T. E; GRECO JUNIOR, R. **Educação remota em tempos de pandemia: ensinar, aprender e ressignificar a educação**. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.

GUSSO, H. L et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e238957, p. 1-27, 2020.

ENGUE, M. A. S.; FREITAS, E. A. S. A avaliação da aprendizagem durante a pandemia de Covid-19. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n. 2, p. 1-10, nov.2020.

RODRIGUES, E. N. As percepções dos professores e alunos no contexto da pandemia de covid-19: uma revisão de literatura. In LACEDA, T. E; GRECO JUNIOR, R. **Educação remota em tempos de pandemia: ensinar, aprender e ressignificar a educação**. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.

RODRIGUES, S. N. R.; ALBINO, P. M. B. Educação Cooperativista e os Desafios do Modelo de Educação a Distância. In LACEDA, T. E; GRECO JUNIOR, R. **Educação**

remota em tempos de pandemia: ensinar, aprender e ressignificar a educação.
Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.

Artigo enviado em: 01/02/2023

Artigo aceito para publicação em: 10/04/2023.